

DEDS

EM REVISTA

LIDERANÇAS NEGRAS

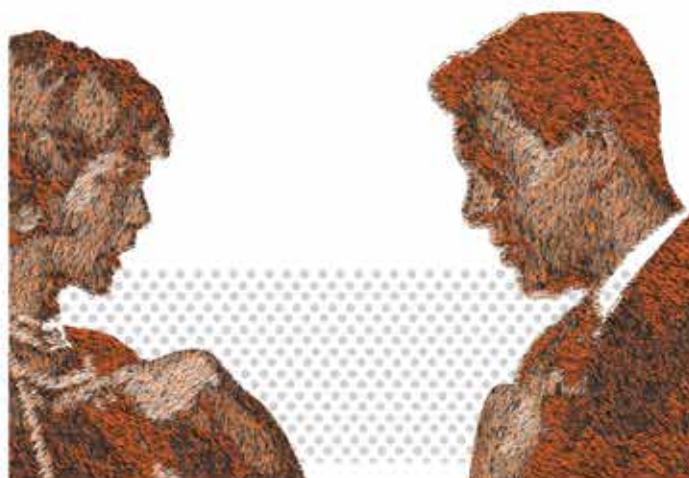
▲ **Pensamento das
mulheres negras
brasileiras:
protagonismo e
autonomia**

▲ **Liderança como
inquietaude:
mulheres,
quilombos, lutas
e protagonismos**



CAROLINA MARIA DE JESUS:

NOTAS SOBRE O PENSAMENTO DE UMA INTELLECTUAL



SOBRE A CATEGORIA GÊNERO NA HISTÓRIA

NATALIA PIETRA MÉNDEZ

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS





Natalia Pietra Méndez | Acevvo: DEDS

Começo este texto agradecendo o convite do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da PROEXT/UFRGS para participar do Curso Lideranças Negras Femininas: reflexões sobre gênero, cor e classe social. A iniciativa ganha importância em um contexto em que as universidades brasileiras estão iniciando um processo de ruptura com a exclusão histórica da população negra nos espaços acadêmicos. Assim, falar sobre gênero e história é uma boa oportunidade para pensar as relações de gênero dentro da universidade e o lugar ocupado por mulheres - especialmente por mulheres negras - na produção do conhecimento e na gestão universitária. Se atualmente já podemos perceber um aumento da presença de mulheres negras nos

cursos de graduação, a realidade é diferente quando se examinam os cursos de pós-graduação, os docentes dos departamentos e os cargos de gestão. Revertendo ao título deste curso, com base no gênero, na cor e na classe, são delimitadas fronteiras invisíveis, que tornam difícil e até mesmo improvável o acesso aos diferentes estágios da vida acadêmica.

Este texto não vai relatar especificamente as dificuldades encontradas pela história das mulheres e pelo gênero para se consolidar (será que já se chegamos lá?) dentro do campo da história. Mas, para começar a conversa, vale lembrar que se atualmente os estudos de gênero e história possuem um lugar destacado (inclusive com uma profusão de publicações, eventos de caráter internacional, núcleos e grupos de pesquisa) é porque ao menos uma parte da população feminina conseguiu diluir essas fronteiras existentes dentro das universidades. Este texto se dedica a trazer alguns aspectos que nos permitirão compreender como o gênero vem sendo discutido em uma área específica das ciências humanas: a história.

É difícil – e talvez nem seja adequado - traçar uma linha do tempo indicando quando a história começa a se aproximar de uma problemática de gênero, mas é possível apontar algumas influências.

Dentre as mais significativas está Simone de Beauvoir, que com seu livro *O Segundo Sexo* tentava responder à pergunta: “o que é uma mulher?”.

Para Beauvoir, a mulher era “o Outro” definido pela alteridade masculina. Em uma de suas sentenças mais famosas, a filósofa disse: “Não se nasce mulher, torna-se mulher: nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade.

É o conjunto da civilização que elabora esse produto” (BEAUVOIR, 1980, p.09).



Beauvoir questionou o determinismo biológico do sexo na elaboração da identidade feminina. Seu pensamento contribuiu para pensar se *mulher* pode ser uma categoria histórica, uma vez que a própria identidade feminina é mutável. Para a filósofa, homens e mulheres têm a liberdade de construir suas próprias experiências. Mais recentemente, a historiadora Michelle Perrot apontou para a historicidade da categoria *mulher*. Para ela, trata-se de uma entidade coletiva e abstrata à qual atribuem-se caracteres de convenção (PERROT, 2005:35).

Entre as décadas de 1960 a 1980 (esta temporalidade varia conforme o deslocamento geográfico), historiadoras influenciadas pelo feminismo passaram a questionar o caráter pretensamente universal do conhecimento histórico. Indagavam as razões da prevalência de um olhar masculino sobre a ciência e, igualmente, na escrita da história.

Os estudos sobre mulheres no campo da história produzidos nesse período são genericamente criticados pelo seu es-

sencialismo, vertente que parte da primazia da existência de *uma identidade mulher, fixa, universal* - em oposição à identidade do homem universal. Esse enfoque recorre à categoria sexo como elemento central da análise¹. A principal ressalva feita ao essencialismo refere-se a um de seus pressupostos que considera o sexo biológico como elemento deflagrador das identidades - tanto masculina quanto feminina. Este pensamento não levaria em conta que a própria construção da identidade sexual (e do sexo biológico) não são imutáveis e também precisam ser examinados em uma perspectiva sociocultural.

No entanto, esta crítica genérica desconsideraria a diversidade de discussões teóricas feministas que se desenrolaram nas décadas em questão, generalizando o rótulo de essencialista a toda a produção feminista do período. Esta ressalva é apontada por Clare Hemmings, que afirma:

1. Acerca da discussão sobre teoria feminista e essencialismo, ver: AZEREDO, Sandra. Encrucalha de gênero nas teorizações em psicanálise. Revista Estudos Feministas. Vol. 18, nº 1, 2010. MATHIU, Nicole. Sexo y Género. In: HIRATA, LEBORIE, LE DORRÉ, SENOTIER, (coord). Diccionario crítico del feminismo. Madrid: Ed. Síntesis, 2002.

Dessa maneira, uma razão pela qual eu considero tão graves as infundadas afirmações sobre o essencialismo da escrita feminista dos nos 70 é que elas ignoram as ricas discussões sobre as relações entre gênero, sexualidade e raça que foram travadas naquela década (HEMMINGS, 2009, p.220).

Outro problema de caráter teórico que acompanhou o estabelecimento da história das mulheres refere-se ao uso do conceito de patriarcado (entendido como sociedades em que o poder é concentrado nos homens) para todas as realidades sociais, desconsiderando, por exemplo, sociedades matrilineares nas quais as mulheres possuem uma importância significativa para as suas comunidades².

Um dos principais debates teóricos que podemos situar partir dos anos 1980 estava vinculado ao gênero e seus usos na história. A categoria *gender*, vale lembrar, surgiu ainda nos anos 1960, primeiramente nos países anglo-saxões. Neste primeiro registro, não houve grandes inovações teóricas: seu uso era sinônimo de sexo. O antropólogo Gayle Rubin, ao que tudo indica, foi o proponente do uso da expressão *sex/gender systems* para definir a correlação entre os regimes de matrimônio que oprimem as mulheres e os processos econômicos e políticos globais (MATHIEU, 2002: 240).

Parte das historiadoras das mulheres tomou o gênero como uma categoria de análise que permitiria investigar os diferentes significados produzidos sobre o ser masculino e feminino, contradizendo a ideia de que há uma identidade definidora do “homem” e da “mulher”. Ou seja, o gênero seria uma alternativa à categoria mulher, tão questionada devido aos debates sobre o essencialismo, tema comentado acima.

Embora a adesão ao gênero não tenha sido

unânime, ele contribuiu para repensar a escrita da história. Mesmo quando se aproxima das teorias feministas, a história tem dificuldade de superar algumas características: a oposição binária homem/mulher, a identificação de uma cultura feminina em oposição a uma cultura dominante masculina, a separação entre público e privado, o projeto de construir uma identidade comum às mulheres, a noção de que a história das mulheres funciona como um suplemento à História. Para Scott, é preciso refletir sobre o caráter subjetivo das identidades e pensar o gênero como um aspecto geral da organização da sociedade, considerando que “devemos deixar de lado também a tendência a compartimentalizar, de boa parte da história social, que relega sexo e gênero à instituição da família, associa classe com o local de trabalho e com a comunidade e aloca a guerra e os temas constitucionais exclusivamente no domínio da “alta política” do governo e do estado” (SCOTT, 1994: 19).

Contrária à opinião de Scott, Eleni Varikas afirma o caráter analítico das pesquisas em história social



que dialogam com o gênero. Segundo ela, a história social propõe investigar o sujeito em todas as dimensões de sua existência, e não apenas como epifenômeno das relações de produção (VARIKAS, 1994: 76). Dentro da perspectiva da história social, a ênfase não está na oposição entre “mulher” versus “gênero”. Reconhece-se que o gênero, como relação de poder, é um constructo de identidades que geram diferentes experiências femininas. Para Varikas, a tradição thompsoniana possibilitou observar as experiências dos homens e das mulheres como uma dimensão constitutiva dos seus conceitos de classe, de consciência de classe, de política ou de identidade operária. As relações de gênero são examinadas junto a outras categorias de análise - como classe, raça, nacionalidade - para reconstruir as experiências das mulheres no passado.

Apesar do sucesso que o conceito de gênero alcançou, a aproximação entre estudos de gênero e escrita da história vem sendo marcada por uma grande heterogeneidade teórica e por divergências quanto ao seu uso que, por

vezes, são escamoteadas devido a uma tentativa de construir uma retórica do pensamento feminista ocidental como uma marcha incansável de progresso e perdas (HEMMINGS, 2009: 215). Essa visão, de acordo com Clare Hemmings, tende a atribuir às feministas pós-estruturalistas o pioneirismo por questionar a validade analítica da categoria “mulher” e a afirmar, por exemplo, o caráter essencialista da produção historiográfica da década de 1970. Igualmente, essas análises, centradas no feminismo anglo-saxão, estabelecem uma linearidade nos estudos feministas a partir de alguns recortes e escolha de autorias que deixam de fora outras narrativas (HEMMINGS, 2009: 224-225).

Como lembra Scott, escrever uma história das mulheres a partir do gênero é um desafio constante. O conhecimento produzido é visto por uns como uma alegoria dispensável da História (com H maiúsculo) ao mesmo tempo em que seu projeto questiona as premissas da história, especialmente sua pretensa universalidade:

A emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, há uma incômoda ambiguidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história (SCOTT, 1992, p.75).

As análises feministas, como destaca Spivak, acabam promovendo uma violência epistêmica com os seus “objetos” de estudo. Quando se pensa, por exemplo, nas pesquisas sobre gênero e história, é pertinente questionar a história de quais mulheres se está produzindo. Em que medida a história das mulheres, mesmo influenciada pelo gênero, não está silenciando outras histórias? Gayatri Spivak salienta que o feminismo ocidental reforça visões colonialistas e a ideia de um sujeito totalizante (por exemplo, “a mulher do terceiro mundo”) (SPIVAK, 1999:13). Seguindo a pista deixada por Spivak, pergunto em que medida a história das mulheres e os estudos de gênero têm sido capazes de superar a visão da mulher negra como “a escrava”? Em uma dinâmica social em que gênero, raça e classe se cruzam, faz sentido questionar se o gênero é a relação primária de poder. O debate proposto por Hall dá relevo ao caráter de fluidez que permeia as identidades, nem sempre sendo possível estabelecer a qual (ou a quais) relação de poder somos, primeiramente, submetidas:

(...) à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Dentro deste desconcerto, a própria identidade feminista pode ser questionada. O que é ser feminista? Existe um feminismo correto a ser seguido para ser considerada feminista? Os sentidos históricos atribuídos às masculinidades e às feminilidades propagam múltiplas distinções e segregações sociais. O feminismo, enquanto movimento e teoria social, não está a salvo das relações

de poder que se manifestam (e se reproduzem) em todos os âmbitos da vida. Como bem lembra Suely Carneiro, é preciso enegrecer o feminismo³. Eu acrescentaria que é preciso, também, enegrecer e generificar a história.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CARNEIRO, Suely. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em: jun. 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, v.17, n.1, UFSC, 2009.

MATHIU, Nicole. Sexo y Género. In: HIRATA; LABORIE; LE DORARÉ; SENOTIER; (Coord). **Diccionario crítico del feminismo**. Madrid: Ed. Síntesis, 2002.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed.

UNESP, 1992.

SCOTT, Joan. Prefácio a *Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu** (3), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1994, p. 19.

SOIHET, R; PEDRO, J.M. - A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Editora ANPUH, 2007.

SPIVAK, Gayatri. A Critique of Post-Colonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1999, p.112-148. In: **Cadernos Pagu** (19), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 2002.

VARIKAS, Eleni. Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu** (3), Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu** (3), Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994.



3 CARNEIRO, Suely. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em: jun. 2014.